



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2018.0000861862

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0000025-23.2012.8.26.0477, da Comarca de Praia Grande, em que é apelante NOEMIA DE CARVALHO ALVADIA, são apelados RODRIGO MORA OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA) e THAMIRES MARIA DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MORAIS PUCCI (Presidente), FLAVIO ABRAMOVICI E MELO BUENO.

São Paulo, 29 de outubro de 2018

Morais Pucci

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª Câmara de Direito Privado

Apelação nº 0000025-23.2012.8.26.0477

Comarca de Praia Grande - 3ª Vara Cível

Juiz de Direito Dr. Rafael Bragagnolo Takejima

Apelante: Noemia de Carvalho Alvadia

Apelados: Rodrigo Mora Oliveira e Thamires Maria de Oliveira

Interessado: Edvan da Costa Arruda

Voto nº 19727

Apelação Cível. Ação indenizatória por danos morais e materiais, fundada em acidente de trânsito. Sentença de parcial procedência. Apelo da corrê.

Legitimidade da corrê mantida. A alegação de que apenas “emprestou seu nome” para seu então companheiro obter o financiamento necessário à compra do veículo em nada a socorre, pois, ao “emprestar seu nome” para a compra do veículo e obtenção do financiamento a tanto, anuiu que figurasse como proprietária desse bem em seu certificado de registro de propriedade, devendo ser responsabilizada como tal. Provimento parcial da apelação para a concessão dos benefícios da assistência judiciária.

Apelação parcialmente provida.

A r. sentença proferida à f. 191/196 destes autos de ação indenizatória por danos morais e materiais, fundada em acidente de trânsito, movida por **RODRIGO MORA OLIVEIRA e THAMIRES MARIA DE OLIVEIRA**, em relação a **EDVAN DA COSTA ARRUDA e NOEMIA DE CARVALHO ALVADIA**, julgou parcialmente procedente o pedido para condenar os réus, solidariamente, no pagamento de (a) indenização por danos materiais, consistente em pensão mensal, à coautora Thamires, no valor de 2/3 do salário auferido pela vítima, até a data em

que a coautora completar 25 anos de idade e (b) indenização por danos morais no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a cada coautor, com correção monetária desde a prolação da sentença e juros de mora de 1% ao mês a partir do acidente e, considerando mínima a sucumbência dos autores, condenou os réus por inteiro das custas e despesas processuais e de honorários advocatícios fixados em 10% da soma da indenização por danos morais e por danos materiais, estes restritos às prestações vencidas e a doze vincendas.

Apelou a *corré* Noemia (f. 209/215), alegando, em suma, que: (a) faz jus aos benefícios da assistência judiciária, os quais foram pleiteados em contestação; (b) não possui legitimidade para figurar no polo passivo da ação porque não dirigia o veículo na ocasião do acidente; (c) apenas “emprestou” seu nome para que o *corrêu*, então seu companheiro, realizasse o financiamento para adquirir esse bem; (d) não pode ser responsabilizada solidariamente com o *corrêu* porque, meramente figurando como proprietária do veículo, não contribuiu para a ocorrência do evento danoso; (e) não há que se falar, no presente caso, de culpa *in elegendo*.

A apelação, não preparada, versando também sobre os benefícios da assistência judiciária, foi contra-arrazoada (f. 226/230).

É o relatório.

A decisão que rejeitou os embargos de declaração foi disponibilizada no DJE em 02/08/2017, considerando-se publicada no primeiro dia útil subsequente (f. 207); a apelação, protocolada em 08/08/2017, é tempestiva.

De início, concedo à *corré* apelante os benefícios da assistência judiciária.

Verifica-se dos autos que a *corré* postulou, em sua contestação, a concessão de tais benefícios (f. 107), juntando declaração de hipossuficiência financeira (f. 109).

O art. 99, § 3º do CPC/2015 predica que: “Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”.

Assim, declaração de insuficiência, desde que não haja outros elementos a infirmá-la, é suficiente à concessão do benefício.

Considerando que a gratuidade foi requerida na contestação, está a corrê isenta do pagamento das verbas da sucumbência impostas na sentença, enquanto não for provada melhora em sua condição financeira.

Presentes os requisitos de admissibilidade, recebo a apelação da corrê nesta instância, em ambos os efeitos.

No acidente de trânsito narrado nestes autos, faleceram Ana Raquel de Oliveira, companheira do coautor Rodrigo, e Sonia Regina Mora Oliveira, irmão da coautor e mãe da coautora Thamires, no dia 07/01/2009.

O corréu Edvan, na direção do veículo Ford Ranger XL, foi o responsável por tal acidente, conforme já decidido nos autos da ação penal n. 0000279-98.2009.8.26.0477, com trânsito em julgado da sentença condenatória 21/05/2014, conforme pesquisa no site deste Tribunal.

A sentença apelada, como já relatado, acolheu em parte os pedidos indenizatórios, com a condenação solidária do corréu motorista e da corrê proprietária do veículo no pagamento dessas verbas.

Sem razão a corrê ao postular pelo afastamento de sua responsabilidade no presente caso.

A alegação de que apenas “emprestou seu nome” para seu então companheiro obter o financiamento necessário à compra do veículo em nada a socorre, pois, ao “emprestar seu nome” para a compra do veículo e obtenção do financiamento a tanto, anuiu que figurasse como proprietária desse bem em seu certificado de registro de

propriedade, devendo ser responsabilizada como tal.

E nem se trata aqui de venda do veículo, com sua tradição, sem anotação de tal alienação em seu registro de propriedade existente no Detran, hipótese essa que, aí sim, permitiria a produção de prova sobre a perda da condição de proprietário do veículo pelo alienante que como tal ainda figura naquele registro.

Menciono, nesse sentido, os seguintes precedentes do E. STJ e deste Tribunal:

“Em matéria de acidente automobilístico, o proprietário do veículo responde objetiva e solidariamente pelos atos culposos de terceiro que o conduz e provoca o acidente, pouco importando que o motorista não seja seu empregado ou preposto, ou que o transporte seja gratuito ou oneroso, uma vez que sendo o automóvel um veículo perigoso, o mau uso cria a responsabilidade pelos danos causados a terceiros. Provada a responsabilidade do condutor, o proprietário do veículo fica solidariamente responsável pela reparação do dano, como criador do risco para os seus semelhantes” (REsp nº 577.902, 3ª Turma, Relator Ministro Pádua Ribeiro).

PROCESSO CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO CONDUZIDO POR TERCEIRO. O proprietário é solidariamente responsável pelos danos causados pelo uso do seu veículo, ainda que conduzido por terceiro. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 234868 / SE, Relator Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA TURMA, 02/05/2013).

RESPONSABILIDADE CIVIL. Acidente de trânsito entre carro de passeio e motocicleta. 1. Responsabilidade solidária do proprietário do veículo pelo fato da coisa. Jurisprudência consolidada no STJ. 2. (...) (TJSP, Apelação 1057634-40.2014.8.26.0100, 28ª Câmara de Direito Privado, Re. Des. Gilson Delgado Miranda, DJe. 08/05/2018).

Indenização por danos morais e materiais. Atropelamento com morte (...). Sentença de parcial procedência. Apelação só dos requeridos, condutor e proprietário do Escort. Responsabilidade solidária do proprietário do veículo, que permitiu a aquisição em seu nome. (...). (0005157-85.2004.8.26.0010 Apelação / Acidente de Trânsito; Relator(a): Campos Petroni; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 27ª Câmara de Direito Privado; 29/10/2013).

Nesse quadro, a apelação é parcialmente provida, apenas para serem concedidos à corré apelante os benefícios da assistência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª Câmara de Direito Privado

judiciária.

Considerando sucumbência em grande parte da corré neste recurso, majoro os honorários advocatícios a que foi condenada a pagar para 15% do valor atualizado da condenação, devendo ser observada a base de cálculo constante da sentença (art. 85, §11º, CPC).

Observo, finalmente, que deverão os autores comprovar melhora na fortuna da corré para a cobrança das verbas da sucumbência, diante da concessão a ela dos benefícios da assistência judiciária.

Por tais motivos, dou parcial provimento à apelação.

Moraes Pucci
Relator
Assinatura eletrônica